

Exame de época normal de Política Económica - 2020/2021

MESTRADO EM ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

22 de janeiro de 2021
Ricardo Cabral

Com consulta. Duração 2 horas. Bom trabalho!

[2,5 val] I. Falhas de mercado

1. Existe algum limiar (valor) a partir do qual o nível de dívida pública seja considerado uma falha de mercado de natureza macroeconómica? Fundamente a sua resposta sucintamente.

[6 val] II. Política monetária na UEM

2. Admita que o Conselho do BCE define a política monetária da Área do Euro seguindo uma regra de Taylor (Taylor, J. (1993) "Discretion versus policy rules in practice". Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy, 39, 193-214) do tipo

$$i = \pi + r_0 + \alpha_1(\pi - \pi^T) + \alpha_2\left(\frac{y - y^p}{y^p}\right)$$

Em que i é a taxa de juro nominal, π é a taxa de inflação observada, r_0 é a taxa de juro natural (estimada), α_1 e α_2 são parâmetros, π^T é o objetivo de política monetária para a taxa de inflação, y é o PIB real e y^p é o PIB potencial.

- a) O mandato do BCE é único. Qual é esse mandato?
- b) Admita que, hipoteticamente, o BCE implementava a política monetária exclusivamente com base na economia portuguesa e assuma ainda que esta apresentava, em 2020, os seguintes parâmetros:

Quadro 1

Parâmetros e variáveis da forma reduzida	Valor dos parâmetros
Hiato do produto de 2020	-6,5%
PIB de 2020 (em milhares de milhões de €, base 2016)	202,4
Deflator do PIB de 2020	104,9
Parâmetros da forma reduzida	
α_1	0,6
PIB potencial de 2020 (em milhares de milhões de €, base 2016)	
α_2	
Objetivo para a taxa de inflação (“inflation target”)	2%
Taxa de inflação observada	-0,3%
Taxa de juro real natural	1,5%

- i. Complete o Quadro 1
- ii. Qual seria a taxa de juro de nominal definida pelo BCE nesse caso?
- iii. Suponha agora que os Tratados Europeus eram alterados de forma a que o mandato do BCE passasse a ser duplo. Admita ainda que $\alpha_2=0,7$.
 - a) Qual seria a nova taxa de juro nominal definida pelo BCE?
 - b) Explique o efeito que resultaria da introdução do mandato duplo na taxa de juro definida pelo BCE?

[5 val] III. Política orçamental na UEM

3. Se o PIB português crescesse 20% em termos nominais entre 2020 e 2025 (a uma taxa constante), a taxa de juro da dívida pública fosse de 2,2% nesse período e o saldo orçamental primário fosse de +1% do PIB em cada ano nesse mesmo período, qual seria o nível de dívida pública, em percentagem do PIB,
 - a) em 2021?
 - b) em 2025?

Na resposta às alíneas a) e b) admita que em 2020, o PIB foi 200,5 mil milhões de euros e a dívida pública ascendeu a 268 mil milhões de euros.

[6,5 val] IV. Política bancária na UEM

4. Considere o seguinte balanço de um banco comercial hipotético:

Quadro 2. Balanço do Banco A (milhões de euros)

Activos líquidos		yield (%)	yield (%)	Passivos	
Caixa e disponibilidades líquidas sobre Bancos Centrais	450	-0,5%	0,0%	850	Dívida ao Eurosistema e ao Banco de Portugal
Títulos de dívida de elevada liquidez	4500	1,5%	0,9%	17300	Depósitos
Total activos de elevada liquidez	4950		4,5%	500	Dívida sénior
Empréstimos	15000	3,3%	7,0%	500	Dívida subordinada
Outros activos de baixa liquidez	700	3,0%	1,1%	1500	Capitais próprios
Total activos líquidos	20650			20650	Total passivos

a) Determine os ativos totais ponderados pelo risco do Banco A, assumindo que:

- os ativos de elevada liquidez apresentam riscos ponderados de 0%;
- da carteira de empréstimos, 50% são empréstimos a habitação própria com risco ponderado de 50%;
- a restante carteira de crédito apresenta risco ponderado de 75%;
- os ativos de baixa liquidez apresentam riscos ponderados de 90%.

b) Considere que, na sequência de uma corrida aos depósitos do Banco A que resultou em levantamentos de 3,5 mil milhões de euros, o banco é forçado pelo regulador a reconhecer imparidades de 30% na carteira de empréstimos. Considere ainda que, após a conversão forçada da dívida subordinada em capitais próprios, o banco é declarado “Em situação ou risco de falência” (do inglês, “Failing-or-likely-to-fail”) pela autoridade de supervisão e sujeito a uma medida de resolução pela autoridade de resolução. E que esta autoridade desenha a medida de resolução de forma a deixar o banco, pós-resolução, com capitais próprios de 1,5 mil milhões de euros e liquidez de 450 milhões de euros. Por simplificação, admita que todos os depósitos são sujeitos à medida de resolução com o Fundo de Garantia de Depósitos a assegurar que depósitos elegíveis (<100.000€) não sofrem quaisquer perdas.

- Determine o balanço do banco A pós-resolução completando o Quadro 3, abaixo.
- Qual foi o “haircut” aplicado a: passivos face ao Eurosistema e Banco de Portugal; depósitos; dívida sénior; dívida subordinada; e capitais próprios do banco?
- Quem deveria passar a ser acionista do banco? Porquê?

Quadro 3. Balanço do Banco A após fuga de depósitos e perdas de 30% nos empréstimos (milhões de euros)

Ativos líquidos		yield (%)	yield (%)	Passivos	
Caixa e disponibilidades líquidas sobre Bancos Centrais	450			Dívida ao Eurosistema e ao Banco de Portugal	
Títulos de dívida de elevada liquidez				Depósitos	
Total activos de elevada liquidez				Dívida sénior	
Empréstimos				Dívida subordinada	
Outros activos de baixa liquidez				Capitais próprios	
Total activos líquidos				Total passivos	